

CNJ institui política de Metas Nacionais do Serviço Extrajudicial



A Corregedoria Nacional de Justiça publicou, no dia 8/11, o Provimento n. 79, que institui a política institucional de Metas Nacionais do Serviço Extrajudicial. Segundo o corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, a finalidade do normativo é proporcionar mais eficiência e qualidade à atividade notarial e registral brasileira.

“Além de possibilitar uma participação democrática na elaboração das metas do serviço extrajudicial, a sua institucionalização é medida que visa a garantir o contínuo aperfeiçoamento dos serviços notariais

e de registro, tornando-os mais eficientes e modernos”, afirmou Humberto Martins.

Segundo o provimento, as metas nacionais serão anuais e definidas no ano anterior ao cumprimento, no Encontro Nacional de Corregedores do Serviço Extrajudicial, a ser realizado em local e data definidos pela Corregedoria Nacional de Justiça.

As Corregedorias de Justiça de cada Estado poderão apresentar à Corregedoria Nacional, até o dia 31 de junho de cada ano, propostas de Metas Nacionais para o Serviço Extrajudicial. O cumprimento delas será aferido por meio de inspeções e/ou comunicação oficial do órgão correccional local.

A presidência do Encontro Nacional de Corregedores do Serviço Extrajudicial será exercida pelo corregedor nacional de Justiça, o qual poderá ser substituído por Conselheiro por ele designado, e a coordenação dos trabalhos ficará sob a responsabilidade de um juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça. (Fonte: CNJ)

Servidor tem direito de computar duração dos cursos de formação para efeito de progressão funcional

A 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) reconheceu o direito de um policial rodoviário federal de ter incluído o período de participação em curso de formação no cômputo de tempo de serviço para fins de progressão funcional.

Em sua análise do recurso contra sentença do Juízo da 21ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal que julgou improcedente o pedido do autor, o relator, juiz federal convocado Ciro José de Andrade Arapiraca, destacou que os policiais rodoviários federais, assim como os demais servidores públicos, têm direito ao cômputo do período de duração dos cursos de formação para efeito de progressão funcional, nos termos do art. 7º da Lei n. 8.627/93.

O magistrado ressaltou, porém, que a jurisprudência do Superior Tribunal de



Justiça (STJ) é firme no sentido de que “somente há direito ao contagem do período do curso de formação para fins de progressão e não de promoção”.

Assim, o Colegiado, acompanhando o voto do relator, declarou o direito de o servidor ter o tempo de serviço relativo a curso de formação computado para fins de progressão funcional, promovendo-se a avaliação de desempenho do autor.

Fonte: TRF1

XI SEMINÁRIO INTERNACIONAL BRASIL/ARGENTINA PROBLEMAS JURÍDICOS EM TEMPOS DE CRISE

Coordenação geral e científica:
Prof. Wilson Alves de Souza, Mauricio Dantas Góes e Góes e Ricardo Rabinovich-Berkman

28 e 29 de novembro de 2018, Auditório da Justiça Federal - Seção Judiciária do Estado da Bahia

Av. Ulysses Guimarães, 2799 - Bairro Sussuarana - Centro Administrativo da Bahia

PROGRAMA

Abertura: Dia 28.11.2018, 13:00 h

Diretor do Foro, Juiz Federal Dirley da Cunha Junior

1ª SESSÃO – 28.11.2018 (TARDE)

1- 13:00h: Professor Dirley da Cunha Junior (Universidade Federal da Bahia; Doutor em Direito, Juiz Federal)
Tema: Estado Social, Acesso à Justiça e Efetividade dos Direitos em Tempos de Crise.

2- 13:45h: Professor Daniel Guimarães Silva Roman (Universidade Católica do Salvador; Advogado da Caixa Econômica Federal).
Tema: A Jurisdição na Recuperação Judicial de Empresas Transnacionais face a Soberania dos Países.

3- 14:15h: Professor Carlos Valder Nascimento (Universidade Estadual de Santa Cruz; Doutor em Direito, Procurador Federal)
Tema: Abuso de autoridade e sua inadequação ao crime de hermenêutica.

4- 14:45h: Professora Juliana Damasceno (Universidade Federal da Bahia; mestra em Direito, Advogada)
Tema: A missão de garantia do Direito Penal em tempo de crise.

5- 15:15h: Professor Fabiano Pimentel (Universidade Federal da Bahia; Doutor em Direito, Advogado)
Tema: O processo penal do espetáculo em tempos de crise.

6- 15:45h: Professor Renato Dantas (Universidade Federal da Bahia; Mestre em Direito, Advogado)
Tema: O real significado de celeridade no processo civil brasileiro.

7- 16:15h: Professor Mestre Mauricio Dantas Góes e Góes (Universidade Federal da Bahia; mestre, advogado)
Tema: A influência das decisões judiciais no ambiente de crise.

8- 16:45h: Professor Bruno Coelho (Centro Universitário Jorge Amado)
Tema: As medidas executivas atípicas e a efetividade das decisões judiciais.

9- 17:45h: Professora Carliane de Oliveira Carvalho (Professora de Direito Constitucional, Doutoranda em Direito Público –UFBA, Procuradora Federal)
Tema: A legitimidade democrática das decisões de Estado no âmbito judicial em tempo de crise.

2ª SESSÃO – 29.11.2018 (TARDE)

1- 13:30h: Professor Paulo José Angelo Andrade (Faculdade de Direito Milton Campos, de Belo Horizonte; Mestre em Direito, Advogado)
Tema: Direito Penal do Trabalho: perspectivas atuais.

2- 14:00h: Michelle Martins Papini Mota (Especialista em Direito, advogada, Assessora Jurídica da Polícia Militar de Minas Gerais)
Tema: Aquisições Públicas: cautela em tempo de crise.

3- 14:30h: Érica Stancovich (Diretora Pedagógica do Conselho Brasileiro de Psicanálise e Psicoterapias; Doutora em Psicanálise, Pesquisadora) e Tania Mota de Oliveira (Professora Convidada dos Cursos Intensivos Válidos para o Doutorado (Direito – UBA); Advogada e Consultora Jurídica. Doutora em Direito)
Tema: Resiliência e problemas econômicos contemporâneos.

4- 15:00h: Professora Doutora Marta Biagi (Universidade de Buenos Aires, Doutora em Ciência Política)
Tema: A paz e os vínculos sociais: reflexões e debates em um contexto de crise.

5- 15:30h: Professora Doutora Andrea Laura Gastron (Universidade de Buenos Aires, Doutora em Sociologia)
Tema: Colocando o mito em crise: presença negra na Argentina com base no estudo de duas esculturas.

6- 16:00h: Professor Doutor Wilson Alves de Souza (Universidade Federal da Bahia; Doutor em Direito, Juiz Federal)
Tema: O funcionamento do sistema de justiça em tempos de crise: sobre a possibilidade de estado fático de exceção em período democrático.

7-17:00h: Professor Doutor Ricardo Rabinovich-Berkman (Universidade de Buenos Aires; Doutor em Direito)
Tema: A justiça inútil e o sistema ineficaz: advertências desde a TV e o cinema.

17:30h: Encerramento e lançamento do livro Derecho, Arte y Creatividad, da Professora Andrea Laura Gastron.

INSCRIÇÃO: 1KG DE ALIMENTO NÃO PERECÍVEL

Inscrições: http://www.jfba.jus.br/processos/seder_2014_2/seminario
Finalidade social do evento: para confirmação das inscrições, no primeiro dia do evento deve ser feita doação de 1kg de alimento não perecível para entrega a instituições de caridade.

Informações: (71) 3617-2602 e 3617-2609.
Certificados: Serão expedidos certificados com carga horária de 15 horas.

Este evento tem compromisso com a defesa do meio ambiente. Toda a sua divulgação foi produzida com material adequado à preservação ambiental.



Obra-prima da Semana

O negro pelas lentes de Ima Mfon

Em virtude do Dia da Consciência Negra, comemorado na última terça-feira (20), o JFH divulga hoje o trabalho do nigeriano Ima Mfon, que utiliza a fotografia como ferramenta para explorar questões de identidade social e cultural, atingindo o patamar de obra de arte.

Nascido em Lagos, na Nigéria, mudou-se para os Estados Unidos logo que concluiu o ensino médio para fazer sua graduação em Negócios pela Universidade do Texas. Mas sua paixão pela fotografia o fez mudar o caminho quando optou por fazer mestrado em Estudos Profissionais de Fotografia na Escola de Artes Visuais de Nova Iorque.

Durante o desenvolvimento de sua tese, pelo fato de estar longe de casa, Ima decidiu reunir imagens que recriassem o que ele intitulou de “Identidade Nigeriana”. Através do Facebook, convidou pessoas de herança nigeriana para fazer parte desse projeto, que também nasce de uma inquietude acerca da mídia, que de acordo como o fotógrafo muitas vezes retrata o negro, sua pele e cultura de maneira estereotipada.

Padronizados, os ensaios reuniram homens, mulheres, jovens, crianças e idosos. Para excluir qualquer contexto cultura ou étnico, Ima escolheu uma fotografia simples, apenas com um fundo branco. Além disso, o fotografado teria que olhar diretamente para a câmera como se criasse uma aproximação com o espectador.

A homogeneização dos tons de pele faz uma referência a todo reducionismo em torno de categorizações através da cor de pele. Neste projeto, Ima desafia o observador a entender o que é ser o “outro”, e em suas palavras, “é um lembrete de que a cultura e a identidade de um povo devem ser sempre apreciadas, respeitadas e honradas”.

Ima escolheu a câmera como a melhor maneira de contar sua história, e foi muito feliz, expondo o projeto em Lagos Photo Festival e Art Basel Miami. Ele também ganhou o prêmio como uns dos 50 fotógrafos mais promissores do mundo na atualidade pela Lens Culture. (Fonte: Afreaka)

